

As controvérsias desenvolvimento & crescimento e o capitalismo brasileiro. Maria Angélica Borges¹

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime, como um pesadelo, o cérebro dos vivos.

K. Marx

O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte

"É como se o país fosse murchando, desaparecendo. O Estado brasileiro vai perdendo capacidade de direção, de decisão".

Celso Furtado

Folha de São Paulo, 9/9/99.

I

A forma particular pela qual o capitalismo brasileiro foi edificado mantém na sua estrutura a lógica perversa da conciliação do novo e do velho. Ao longo da história brasileira jamais conhecemos a superação deste amalgama que se consubstancia no reformismo pelo alto, com ausência de rupturas políticas significativas, marca do prussianismo das formas tardias, traduzidas no cenário caboclo pela via colonial, uma forma de industrialização hiper-tardia em relação aos grandes centros do sistema.

três décadas da história do sistema capitalista traz a permanência de sua crise estrutural, reconhecida como de longa duração por vários de seus críticos, e que perpetua a incapacidade do sistema resolver os problemas econômicos, políticos e culturais da humanidade. Quando o capitalismo nasce, seus principais defensores, enxergaram a possibilidade da sua lógica de mercado superar todas as mazelas humanas. Crescimento e desenvolvimento eram vistos como sinônimos e plausíveis de serem obtidos através das leis naturais da economia.

Adam Smith² teórico e ideólogo do capitalismo natural viveu a sua fase heróica e acreditou estar diante de um moto contínuo de prosperidade econômica, porém, hoje, não é mais possível acreditar que crescimento e desenvolvimento estão garantidos a-priori, ancorando as nossas esperanças nas "qualidades do sistema". Há muito que críticas poderosas já foram realizadas, porém, é necessário repeti-las e avançar nas denúncias dos limites econômicos e políticos do mundo do capital. Pois, trata-se, antes, da qualidade de vida dos homens que vivem nesta sociedade.

Após o *débâcle* do welfare state keynesiano nos anos setenta, com o fim dos famosos 30 gloriosos anos, período que o capitalismo cresceu de forma vigorosa, assim como logrou índices desconhecidos, até em tão, de distribuição de renda, ampliou-se o arco dos críticos do sistema, abrangendo também as fileiras da social-democracia. Na realidade, o estado do bem-estar social foi uma saída pós-guerra, principalmente para o primeiro mundo. Restrito a ele, enquanto os demais espaços do globo continuaram perpetuando o estado de mal estar social. Porém, não há como negar os progressos alcançados, alargou-se os espaços de luta e no fim desta era recoloca-se o tema do *crescimento & desenvolvimento*. O atual governo galvanizou sua ascensão opondo-se ao modelo neoliberal e antes do término da eufórica festa de comemoração da sua estrondosa vitória, já copiava,

¹ Professora Titular do Departamento de Economia da FEA/PUC-SP.

² Ver COUTINHO, M. C: 1993.

dramaticamente, o comportamento lamentável do seu antecessor, que fora menos radical na postura crítica. Talvez, por isso mesmo, sua rápida adesão ao mesmo ideário, tenha causado maior perplexidade.

A eleição de um novo presidente intensificou o debate em torno das propostas sobre o desenvolvimento do país a partir do reconhecimento que deveríamos voltar a crescer depois de mais de duas décadas e meia de índices medíocres e insatisfatórios sobre a nossa economia. Acompanhada está a discussão o reconhecimento de que o crescimento não gera automaticamente o desenvolvimento, ao contrário das teses clássicas e neoclássicas presentes na teoria econômica. No século passado, durante o período pós-II Guerra até 1980, o Brasil cresceu e se destacou como um dos países da lista dos milagres econômicos junto com a Alemanha, Japão, entre outros, porém, tal desempenho não representou distribuição de renda e melhoria dos índices sociais para a grande maioria da população brasileira.

O PT mostrou-se capaz de exercer a sua hegemonia levantando os mais sérios problemas que o país enfrentava, assim como propôs a resolução destes problemas cruciais colocando o dedo na inequação do nosso desenvolvimento. Construiu um arco de alianças que derrotou o *status quo* atual. Propôs como teleologia uma ação para mudar a equação da produção e distribuição das riquezas do país, assim como para atar a consecução dessa práxis aos grupos sociais interessados em garantir sua efetivação. Nesse sentido, a ação proposta cumpria vários momentos da ação política. De um lado, inscrevia os passos necessários para construirmos a mudança no cenário nacional, nos planos econômico, político-social e cultural; de outro lado, propiciava os contornos dos possíveis agentes sociais compromissados com a nova realidade que se queria edificar. Tratava-se de um programa para ser viabilizado por uma frente política de forças progressistas. Abrangia desde os representantes dos trabalhadores urbanos e rurais até setores do pequeno, médio e grande capital produtivo. Tal leque era costurado graças a existência de um grande inimigo comum: **o capital financeiro**, demiurgo da globalização em sua última fase pós-crise do período fordista, também denominada de mundialização ou globalização.

Romper com a forma neocolonial na qual o país construiu toda a sua história econômica passa pela reestruturação do processo produtivo. A economia política nos ensina que as formas de distribuição refletem o modo como os homens produzem. Portanto, começar a reorganizar o sistema produtivo, equivale a interferir na equação dos grupos sociais e dos seus interesses imediatos, como também dos acordos já estabelecidas com a economia internacional, segundo os desejos e projetos do grande capital. Não é tarefa fácil. Mas a dificuldade não pode ser traduzida em impossibilidade. desafiar os limites históricos e fazer algumas apostas.

Como se sabe, um programa desta envergadura só poderia ser corporificado a partir da *centralidade do trabalho*, que não apareceu de forma explícita, nas linhas programáticas do Partido dos Trabalhadores. A força da análise e o conteúdo das proposituras indicavam, no cenário das lutas sociais, o vigor da dialética reforma&revolução³. A aposta possível para aquele momento eleitoral seria indicar reformas que carregassem suas conseqüências para o desmantelamento do modo de produção capitalista de via colonial — hipertardio⁴. Voltaremos a estas questões mais adiante.

Por ora cabe lembrar que, reorganizar a produção através de uma equação mais favorável ao mundo do trabalho, levaria, necessariamente, a uma alteração nos quadros sociais do país, gerando

³ O debate a respeito de reforma ou revolução acompanha a história do movimento dos trabalhadores. Dentre os vários momentos interessantes desta história, nos quais as várias vertentes lutavam e lutam para exercer suas influências junto aos militantes, gostaríamos de lembrar o embate de Rosa Luxemburgo contra Bernstein, no seio da social democracia alemã, na sua mediação com a II Internacional dos Trabalhadores. Rosa reafirma a necessidade das lutas por reformas, conquanto sirvam para preparar a ruptura final. Lutar por reformas não significa, necessariamente, ser reformista. Porém, se ficarmos restritos a perseguir só reformas, jamais galvanizaremos a transformação da sociedade. Sobre este ponto, ver: Luxemburgo, 1970 e para uma análise da vida e obra de Rosa Luxemburgo, ver: ETTINGER, 1989.

⁴ As características do capitalismo hipertardio serão analisadas no item sobre o modo de produção capitalista e suas formas particulares de entificação: a via clássica, a via prussiana e a via colonial.

novas forças sociais, que colocariam as contradições em um novo patamar de lutas e reivindicações. Não há dúvida que se tal atitude fosse desencadeada, pelo menos tentada, a redefinição do país, questionando seu retrato perverso, expresso na concentração de renda, na miséria galopante e no analfabetismo perpetuador dos estranhamentos de nossa realidade. A análise contemplada pelo discurso reformador da sociedade brasileira parte da visão econômica desta e, a partir do econômico, avança para os desdobramentos deste chão perverso nas outras instâncias da realidade no plano político - social e cultural. Dentro de uma perspectiva mais generosa, as reformas, quando não circunscritas somente ao reformismo, podem preparar o chão social para futuras passadas e ir alterando o quadro econômico social de uma dada realidade. A história do capitalismo é rica em exemplos desta natureza. A própria burguesia acumulou forças durante o período da transição do feudalismo para o capitalismo, através de uma política de alianças, aproveitando-se das fragilidades da crise do sistema feudal, para finalmente conquistar a sua hegemonia no estado moderno⁵.

Ao reconhecer o econômico como momento privilegiado, de forma dialética, explica-se a totalidade do ser e ir sendo capitalismo no Brasil, fugindo do economicismo⁶, sem abrir mão da concreção da análise. Pois, mudar as equações produtivas, com conseqüências distributivas, ainda no contexto do modo de produção capitalista, significa inscrever novas lógicas no real e permitir o avanço das lutas que perspectivam as tentativas de mudanças e no devir: a própria superação do sistema.

A força dessa proposta e seu vigor analítico sequer puderam ser colocadas em prática, pois a falta de agressividade na condução da vitória foi sentida já nas primeiras horas. Para os setores mais engajados nas hostes das lutas proletárias, seria o começo de uma agenda de lutas maiores. Sabemos, pela experiência teórica e prática do mundo do trabalho, como é importante, para as lideranças que o representam, a discussão programática das lutas dos trabalhadores. Inúmeros seriam os exemplos, incluindo: desde o Congresso, em Londres, em 1847, que encomendou a Marx e Engels o *Manifesto do Partido Comunista*⁷ — que não deixa de ser um eixo programático de interpretações e ações —, as discussões históricas das Internacionais dos Trabalhadores, em suas várias fases; o debate que envolveu o Congresso de Gotha⁸ e sua crítica programática; e, ainda, as controvérsias nas diferentes tentativas de construção do socialismo, em suas complicadas fases germinativas e em seus desdobramentos. Enfim, todos os momentos em que os programas de tantos partidos ligados aos trabalhadores estiveram na pauta de discussões relevantes⁹.

Porém o teste de realidade não aconteceu. Sendo esta a maior vitória do neoliberalismo. Forças unidas durante décadas de luta dirigiram todos os seus esforços apostando para o início desta reversão. Perdemos mais uma possibilidade histórica de lutarmos por mudanças, cujas qualidades de prévia-ideação e de ação nos colocam como atores políticos para tentarmos forjar rupturas ideológicas galvanizadoras de transformações, com conseqüências para as maiorias no caminho de sua auto-determinação. Nesse sentido, a responsabilidade era imensa, pois a derrota nos coloca atrás de décadas de luta.

Sabemos que as forças políticas precisam ser construídas, pois a desfavorabilidade trazida por mais de 500 anos de opressão e miséria implica a necessidade de realizarmos tarefas primárias para uma transição histórica.

⁵ Ver: HOBBSAWM, E.: 1982.

⁶ Outro debate, presente nas fileiras dos movimentos dos trabalhadores, volta-se para a luta econômica & economicismo. Uma plataforma elaborada na perspectiva do trabalho contempla de acordo com as suas diferentes etapas de luta reformas que alargam o tecido social para, em seguida, lutar por transformações mais abrangentes. Portanto, escapa do economicismo, na medida em que respeita a própria legalidade do movimento da realidade que, segundo a análise marxiana, em última instância, é o econômico que determina as outras esferas da sociedade. E mais, ao procurar enlaçar esta determinação com as demais instâncias do real, não separa o econômico do político, do social e do cultural, atingindo a totalidade concreta. Para uma análise da totalidade e suas partes ver: GOLDAMN, 1979.

⁷ Ver: MARX&ENGELS, 1977.

⁸ Ver: MARX&ENGELS, 1975, p. 5 a 42.

⁹ Sobre as várias experiências teóricas e práticas do Mundo do Trabalho, consulte: BORGES, 1998.

No entanto, essa desfavorabilidade na luta contra as forças hegemônicas, no plano nacional e internacional da financeirização crescente, traria necessidades extras no âmbito da explicitação das tarefas, compromissos e nuances ideológicas, que devem e deverão ser travadas para a vitória final. Sabemos que a atuação política em uma frente ampla é necessária, como fase intermediária, mas precisamos, também, explicitar que almejamos um objetivo maior no devir histórico¹⁰. Ou seja, reconhece-se que estamos num patamar de lutas dentro do modo de produção capitalista, porém, sem abrir mão, do reconhecimento da falência desta forma de sociedade em responder aos anseios das maiorias excluídas. Sabemos que, no momento atual, lutar por reformas nos coloca mais próximos da transição almejada. Não estávamos diante de uma situação revolucionária. Nada indica e indicava esta possibilidade. Nesse sentido, as reformas assumiriam força transformadora.

Mas, no plano do discurso, que assume a função de ser uma prévia-ideação para a ação, precisamos explicitar nossas vertentes ideológicas e deixar transparente a perspectiva que se almeja construir as mudanças sociais. Na realidade, os vários atores, que compõem a frente, devem explicitar suas posições e compromissos. Tal engajamento só poderá fortalecê-la, pois as diferenças existem. Não explicitá-las não implica o poder mágico de eliminá-las.

É sabido que, na construção das frentes de lutas, possíveis parceiros, hoje, serão adversários amanhã. Mas cada etapa tem suas tarefas e os vários agentes conhecem suas propostas e sabem o local que querem atingir. Desse modo, talvez a explicitação das angulações sociais o conteúdo programático atrairia mais parceiros, pois todos saberiam exatamente quais os compromissos e quais as proporções relativas das forças dentro do mosaico do poder. Só uma ação política desta proporção poderia, a nosso ver, preparar o caminho para o crescimento econômico na expressão correta do desenvolvimentismo, ou seja, fazer chegar este crescimento aos mais necessitados, promovendo o real alargamento do tecido social.

II

Para entendermos melhor o contexto em que se dá a problemática do desenvolvimento brasileira, é mister relembrarmos o clima em que se deu a retomada destas teses. Foi no final do último século que assistimos à volta do debate entre *neoliberais* e *estruturalistas*, conhecido como *monetaristas & desenvolvimentistas*. Esta polêmica tem uma longa pré-história durante o século XX no pensamento econômico brasileiro e conheceu os seus anos dourados na controvérsia Gudin & Simonsen, durante a Era Vargas, como reflexo de nossa industrialização retardatária, ou seja, tardia em relação aos países líderes do sistema econômico vigente. Eugênio Gudin, renomado economista que pertenceu a FGV/RJ, é considerado, até os dias atuais, o grande mestre dos neoliberais brasileiros. Roberto Simonsen foi o idealizador da FIESP. Ambos duelaram sobre os rumos da industrialização no país, sendo Gudin um defensor da vocação agrária brasileira a partir do princípio das *vantagens comparativas*.

Ao contrário do passado, no qual forças vivas da sociedade civil interferiam na dinâmica das lutas sociais e influenciavam este debate, os diferentes debatedores, trocaram farpas em nome de interesses localizados, diante de uma imensa massa de excluídos de vários planos – desempregados, aposentados mal remunerados, os sem-terra, os sem-teto e os sem-tudo –, desiludidos com a globalização perversa do final do século passado e presente até o momento atual.

Na realidade, este debate é maior do que consegue alcançar a visão estreita de vários dos duelistas, localizados em hostes adversárias dos partidos e grupos em disputa, porém caudatários do mesmo projeto subsumido aos interesses do capitalismo financeiro, capitaneado pelos países líderes do primeiro mundo. A dualidade real está centrada na visão de mundo neoliberal contrária à

¹⁰ A mídia tem divulgado pesquisas de opinião junto à população revelando que a maioria dos brasileiros desejam caminhar para uma sociedade mais justa e igualitária. Todos almejam diminuir as grandes diferenças responsáveis por tanta miséria e opressão.

desenvolvimentista. Para além da retórica praticada, longe dos marcos da integração homogênea com o capital internacional, existem setores da sociedade brasileira, críticos da forma perversa como os recursos nacionais estão sendo dizimados, assim como o nosso parque industrial está perdendo paulatinamente o seu lugar, para ser substituído por grupos monopolistas e oligopolistas, patrocinadores da riqueza concentrada e centralizada e, ainda mais, da miséria socializada.

Os neoliberais preferem travar o debate dentro do cenário internacional, criando a ilusão heróica de que o capitalismo resolve os problemas da humanidade e que um dia chegaremos lá. Estamos vivendo a infância deste sistema e algum dia seremos tão desenvolvidos como o G-7. Teremos direito a mercado comum, moeda única, acompanhados de inflação contida e acesso às maravilhas da sociedade de consumo.

Diferentemente dos laudatrios do sistema, os seus opositores denunciam a falsa inevitabilidade desta integração homogênea e colocam o dedo nas feridas do modo de produção capitalista: fome, analfabetismo, ausência de condições dignas de saúde, higiene, habitação, entre outros.

Enfim, foge do modelo de análise monetarista/neoliberal — que quer separar a política da economia e defender o capitalismo naturalista como o *locus* adequado para a realização das necessidades da sociedade —, a capacidade de encontrar respostas.

Os problemas estruturais da economia nacional e internacional, interligados ao todo social, estão longe de terem conseguido uma solução adequada, sequer satisfatória. O capitalismo continua na berlinda e o discurso da globalização não tem forças para encobrir todos os seus desarranjos. Mais do que nunca, para além da denúncia dos desastres, é necessário buscarmos novos caminhos de construção da emancipação humana. Essas teses, plantadas no fim da Guerra de 1945¹¹, germinaram e cresceram com o fim do *welfare state*¹², na década de 70. Foi a crise do final dos anos dourados do capitalismo e a complexa problemática da dívida externa do terceiro mundo que alimentaram o ideário traduzido, alguns anos mais tarde, no *Consenso de Wahsginton*¹³, encontro que, embora de caráter acadêmico e sem nenhuma intenção de ser deliberativo, "acabaria por se revestir de significação simbólica, maior

¹¹“Começamos com as origens do que se pode definir do neoliberalismo como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: ‘Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão - uma servidão moderna’. Três anos depois, em 1947, enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construíam, não somente na Inglaterra, mas também em outros países, neste momento Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pélerin, na Suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou a Sociedade de Mont Pélerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro”. PERRY, A: 1985, p.7-8.

¹² Roberto Campos, no seu livro *Lanterna na popa*, com a ascensão do neoliberalismo, sente-se autorizado a clamar o nome de Gudin: "No longo prazo, foi Gudin que tinha razão. O atual movimento mundial de abertura econômica, integração de mercados e liberalização comercial na América Latina teve nele um grande precursor" (CAMPOS, 1994:240).

¹³"Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título 'Latin American Adjustment: How Much Has Happened?', era proceder a uma avaliação das formas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países, também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos" (BATISTA, 1994:99).

que a de muitas reuniões oficiais no âmbito dos foros multilaterais regionais" (BATISTA, 1994:100) e influenciaria governos e entidades patrocinadores das reformas ditas neoliberais.

O receituário reformista não trouxe grandes novidades, simplesmente reiterou as propostas que o governo norte-americano e os organismos sob sua influência já vinham recomendando à América Latina e que já havia sido sistematizado anteriormente pelo próprio Institute for International Economics, na publicação intitulada *Towards Economic Growth in Latin América*, de cuja construção esteve presente, entre outros, Mário Henrique Simonsen.

No caso brasileiro, estas propostas, conhecidas através da política externa do presidente Reagan, penetraram em organismos importantes da vida nacional, por exemplo, a FIESP, que em documento de agosto de 1990, sob o título *Livre para crescer - Proposta para um Brasil moderno* apresenta a sugestão da adoção de uma agenda de reformas virtualmente semelhante à consolidada em Washington. Nas palavras de BATISTA temos:

A proposta da Fiesp inclui, entretanto, algo que o Consenso de Washington não explicita mas que está claro em documento do Banco Mundial de 1989, intitulado 'Trade Policy in Brazil: the Case for Reform'. Aí se recomendava que a inserção internacional de nosso país fosse feita pela revalorização da agricultura de exportação. **Vale dizer, o órgão máximo da indústria paulista endossa, sem ressalvas, uma sugestão de volta ao passado, de inversão do processo nacional de industrialização, como se a vocação do Brasil, às vésperas do século XXI, pudesse voltar a ser a de exportador de produtos primários, como o foi até 1950.** Uma área em que os preços são cadentes — são hoje, em termos reais, 40% em média inferiores aos de 1970 — em virtude do notável volume de subsídios concedidos a seus produtores agrícolas pelos países desenvolvidos As reformas comerciais liberalizantes recomendadas pelo Banco Mundial e avalizadas pela FIESP seriam, de resto, fielmente encampadas pelo governo Collor, até mesmo no que se refere à postura a se assumir na Rodada do Uruguai, de alinhamento às posições norte-americanas na questão agrícola e nos novos temas normativos de serviços e propriedade intelectual (BATISTA, 1994:101). (Negrito/MAB)

É neste cenário de desnacionalização crescente e crítica à ação de políticas econômicas lideradas pelo Estado que nasceu e cresceu o governo de FHC, e nesta direção o governo Lula não apresentou mudança substantiva, e continua traduzindo na sua essência o receituário neoliberal¹⁴. Em última instância, são governos guardiães dos interesses da lógica do capital e jamais planejadores das atividades econômicas voltadas para a maioria da população. Portanto, no máximo policiadores¹⁵ de atividades que constroem de forma imanente à sua própria lógica de operação, sendo que, há algum tempo, os próprios líderes do pensamento oficial recuam e inauguram o Pós-Consenso de Washington — ou como bem lembrou Maria da Conceição Tavares, o Dissenso e Washington:

Depois de anos de crescente "flexibilização do mercado de trabalho, acompanhado de grande aumento e não-diminuição do desemprego, é natural que os governos e até alguns liberais de renome comecem a desconfiar que a solução para os males sociais causados pelo liberalismo irresponsável não seja mais

¹⁴ O neoliberalismo estava na defensiva no continente desde a catástrofe argentina de 2001 e as péssimas conseqüências sociais e econômicas. Muitos paradigmas neoliberais vinham sendo criticados em escala mundial, com a desmoralização de valores e instituições que se seguiu aos grandes desastres financeiros nos Estados Unidos em 2001-2002. Surgiram fraturas importantes no seu próprio campo e alcançaram grande repercussão as fortes críticas do economista Joseph Stiglitz ao FMI e ao Banco Mundial. A adesão de Lula e do PT é um tremendo contraponto ao que parecia ser um declínio progressivo da sufocante hegemonia dos dogmas neoliberais, e ameaça recolocá-los na mesma posição de força anterior. CARVALHO: 2004, 132.

¹⁵ Para uma análise do conceito elaborado por Gudin de **capitalismo policiado** como forma de ser do **novo liberalismo**, ver BORGES, 1996.

liberalismo. Em artigo recente, o professor Maurice Allais, que recebeu o Prêmio Nobel de Economia 1988 por suas contribuições à teoria neo-clássica ... , faz um ataque frontal à aplicação, nas condições contemporâneas, da doutrina das vantagens comparativas. (...) Na maioria dos casos o resultado da política liberal foi uma enorme destruição de empregos locais em troca de uma pequena redução no preço do produto para o consumidor e um grande custo fiscal para a sociedade como um todo, e sobretudo para os próprios consumidores que conseguiram manter-se empregados. Os custos sociais estão hoje em evidência em toda parte (TAVARES in BATISTA et al, 1994:70-1).

Mesmo setores orgânicos dos interesses do capital como o economista Delfim Netto, que foi considerado por Gudin¹⁶, à época da ditadura militar, merecedor, de um Oscar econômico, ao lado dos demais artífices da política econômica dos governos militares, por suas posições condizentes com a noção de capitalismo policiado, ou seja, o novo liberalismo, lembra-nos as posições de Stiglitz - Vice-Presidente do Banco Mundial:

Numa reunião realizada em Brasília, Stiglitz disse que a receita do Consenso de Washington, que inspirou o programa de governo, é parcial e enviesada. Que ela cuida mais dos aspectos financeiros do que dos aspectos reais da economia: a produção, o emprego, o crescimento. Foi o bastante para que os comentaristas do "travail à façon" tentassem desqualificar suas críticas dizendo que ela não dá importância à inflação Nas palavras do autor: "A concentração na inflação - a doença fundamental da América Latina que promoveu o cenário do Consenso de Washington - levou a uma política macroeconômica que pode não pode ser mais conveniente para o crescimento econômico de longo prazo e distrai a atenção de outros importantes fatores de instabilidade macroeconômica. No caso dos mercados financeiros a ênfase na sua liberação pode ter efeitos perversos, contribuindo para a instabilidade macroeconômica mediante seu enfraquecimento". (...) O sucesso do Real apenas escondeu os fatos. Com a maior taxa real de juros do mundo, o Banco Central destruiu boa parte do sistema produtivo e colocou em dificuldades o sistema financeiro, que agora quer vender aos estrangeiros. E com uma taxa de câmbio sobrevalorizada completou o serviço (DELFIN, 1998:26).

O economista brasileiro, ex-Ministro da economia do governo militar, escandaliza-se com a política econômica FHC, provando não ser necessário manter-se como crítico do capitalismo para perceber a desnacionalização de nossa economia. Mesmo setores conservadores alarmam-se com o caminho tomado. Atualmente, estas forças aproximaram-se do governo Lula, interessadas no fortalecimento das nossas exportações, porém permanecem críticas quanto aos destinos da política monetária praticada, revelando o continuísmo, pois são vozes que falam o discurso da ordem, porém contraditoriamente, nas entrelinhas, nos revelam quão dramático é o nosso sistema econômico. Aqui nos inspiramos no comportamento de Marx que sabia como ninguém aproveitar as contradições do modo de produção capitalista para denunciar as suas mazelas e mostrar que quando os comparsas brigam o sistema se revela em toda a sua nudez.

Para elucidar melhor todo o quadro acima descrito, precisamos vislumbrar os diferentes posicionamentos em relação à inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, que está delineada desde a colonização da América enquanto continente, a partir da empresa mercantil e colonial no século XVI¹⁷.

Desde o início da nossa história, encontramos-nos diante da problemática de nossa emancipação e, assim, precisamos realizar uma tarefa crônica de nossa formação social.

No século XIX, conquistamos a emancipação política na formação do Estado nacional, sem, contudo, romper os laços de subordinação estrutural aos pólos hegemônicos do capitalismo internacional. A problemática da emancipação econômica perdurou e perdura até os dias atuais. É

¹⁶ Ver sobre este tema: GUDIN, 1980.

¹⁷ Sobre este tema ver: BORGES, 1996.

dentro dessa discussão que foi gerado um rico debate, onde podemos vislumbrar, pelo menos, três grandes tendências.

A primeira tendência, que identifica a solução dos problemas econômicos do país através da incorporação econômica nacional no mercado internacional de forma homogênea, sem acirrar as contradições com o imperialismo, aceitando, pacificamente, as regras do jogo ditadas pelo capital internacional através de seus países líderes. É a abertura para o capital internacional em nome da integração com o mercado mundial, efetivando o mundo da livre concorrência, mola mestra da economia de mercado.

A segunda tendência defende a possibilidade de o país ainda ser um centro autônomo dentro do capitalismo, conseguindo sua emancipação econômica circunscrita à lógica do capital. O desenvolvimento econômico pode acontecer, conquanto empreguemos uma política econômica que garanta nossa soberania através do protecionismo e de uma participação agressiva do Estado na economia, quer enquanto catalisador e financiador do processo de industrialização, quer enquanto produtor direto dos serviços públicos e mesmo de bens intermediários, como aço, petróleo e produtos químicos.

A terceira posição é representada na defesa da superação da nossa dependência econômica através do rompimento com o modo de produção capitalista. Não existe possibilidade de emancipação econômica e, conseqüentemente, política nas hostes do capital, mas só para além de sua tutela. Romper com a subordinação e com o subdesenvolvimento é romper com o capitalismo.

A política econômica atual no plano da retórica se coloca como crítica da globalização financeira, mas na prática atua segundo a lógica representada pela inserção homogênea de viés neoliberal. Portanto, revela uma lógica política implicando duas teleologias: uma discursiva e outra através das políticas econômicas efetivas. Tal postura esquizofrênica recoloca na arena político-econômica o debate da possibilidade ou não do desenvolvimento capitalista sustentado no cenário caboclo. Teríamos condições de superar o nosso atraso estrutural e ingressarmos no rol dos países hegemônicos? Haverá espaço para os países emergentes conquistarem a sua soberania econômica, política, social e cultural? Ou seremos, eternamente, países em *desenvolvimento*?

Toda esta problemática nos coloca diante do caráter histórico de nossa formação social. Segundo vários estudiosos do atual sistema de produção, o capitalismo conheceu pelo menos três vias particulares de sua construção histórica: a *via clássica*, a *via prussiana* e a *via colonial*¹⁸. A primeira via corresponde a países como, por exemplo: Inglaterra e França; a segunda via inclui a: Alemanha, a Itália e o Japão e a terceira corresponderia a países de extração colonial, como o nosso país (Borges: 1999).

O nosso sistema de produção nasceu como elo fraco do modo de produção capitalista, enquanto os países da *via clássica* do desenvolvimento capitalista edificaram sua sociedade na época das revoluções democrático-burguesas e garantiram sua autonomia no plano econômico, político e cultural.

Já o desenvolvimento do capitalismo tardio, a *via prussiana*, considerada aqui como o período que corresponde ao que Lênin chamou de segunda época do capitalismo, vê nascer seus estados nacionais quando os países da *via clássica* já estão plenamente constituídos, conscientizados, teórica e praticamente, do antagonismo entre burguesia e proletariado.

Examinando, mais detalhadamente, essa forma particular de objetivação do capitalismo, que conhece seus movimentos com tonalidades distintas dos casos clássicos, encontramos, na via alemã, peculiaridades que devem ser mencionadas para melhor esclarecer a questão.

¹⁸ A via colonial de objetivação do modo de produção capitalista e uma forma particular na periferia do sistema. Forma de organização social que desconhece o período áureo das revoluções democrático-burguesas, que acompanharam a forma revolucionária da ascensão burguesa na sua fase heróica. Caminho de construção histórica, que traz a firma do reformismo pelo alto, no qual a conciliação e o atraso são suas principais marcas, expulsando a grande maioria da população das grandes decisões acerca da questão nacional e democrática.

Ali, o particularismo feudal, existente até quase o final do século XIX, coloca, na ordem do dia da revolução burguesa, a problemática da unidade nacional, pois, não efetuando sua centralização territorial, vive uma realidade de numerosos principados independentes, que obstaculizam sua unificação. Essa é uma diferença significativa do que ocorreu, especialmente, com a França e a Inglaterra, cujo processo de dissolução feudal esteve acompanhado da organização das monarquias nacionais, sendo esse um passo decisivo para a unidade nacional.

No nosso caso: *a via colonial*, engendra uma burguesia que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, acomodando-se em ficar nas condições de *independência neo-colonial* ou de *subordinação estrutural* ao capitalismo internacional. Trata-se, em última instância, de burguesias que se objetivaram pela *via* da não realização sequer nem ao menos de suas tarefas econômicas, diferentemente da burguesia prussiana, que deixa apenas, de realizar suas tarefas políticas.

Assim, para segundo a perspectiva de ambas, é distante a possibilidade de efetivação de um regime político democrático-liberal. Mas, mesmo assim, a burguesia *prussiana* realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses, enquanto a burguesia da *via colonial* tende a não superar sua subordinação, atrelando-se aos pólos hegemônicos das economias centrais. Conclusão: a burguesia *prussiana* é antidemocrática, porém autônoma, enquanto a burguesia colonial, além de antidemocrática, é subordinada ao capitalismo financeiro.

Em função de nossas características, o que encontramos de mais marcante, em nossa formação histórica, são as medidas econômicas antinacionais e as políticas autocráticas. A nossa história é hegemonicamente marcada pela miséria e opressão para a maioria da população.

Só para mencionar apenas uma das fases da nossa história republicana, lembremos as duas décadas de regime militar, inauguradas com o movimento retrógrado de 31 de março de 1964. Este período afastou as esperanças de auto-determinação econômica e do direito à cidadania para a maioria dos brasileiros. O famigerado *milagre econômico* aconteceu para a minoria de privilegiados, detentores do poder econômico e para seus parceiros - setores seletos da classe média. Para os trabalhadores, a palavra de ordem foi “apertem os cintos”, sacrifiquem-se aceitando o *arrocho salarial*, para o bolo crescer, que e depois repartiremos os dividendos. Mas o que ficou para ser dividido foi a *crise do milagre* e suas agruras. Porém, as conseqüências geram o seu contrário e surge o movimento democrático de massas.

Determinada pela crise econômica, alarga-se a esfera política e criam-se várias oportunidades para a tímida abertura. Tal como ocorreu, essa abertura acabou patrocinando, de forma acanhada, a transição para uma democracia, que abraça setores minoritários do país. Mais uma vez é *a reforma pelo alto* que acomoda os interesses do capital nacional e de seus parceiros externos,

Com relação ao cenário nacional, vivemos, até os dias atuais, uma irresolução econômica, pois, mesmo tendo sido “dilatado” o tecido político, a *democracia do estômago* ainda não se efetivou. Nossas raízes históricas, como vimos, fornecem um quadro elucidativo dessa angústia vivida pelas maiorias, alijadas da aldeia global.

A retórica não se esgota nas teses do Estado mínimo, marca do *laissez-faire*, e na defesa das vantagens que geram a inserção homogênea e superaram nosso descompasso com as conquistas do primeiro mundo. Ela vai além, quando quer nos convencer que o continuismo da política econômica nos redimirá e que, portanto, alcançaremos o nosso pleno desenvolvimento. É mais do que hora de darmos um basta a tanta ilusão e de pressionarmos para pela implantação de políticas econômicas que conduzam, realmente, à superação da *via colonial*.

Nesse cenário dramático, uma proposta que indique o desarranjo da equação econômica das classes dominantes, aliadas ao capital financeiro internacional e nacional, avança na construção do novo. Por isso é que precisamos ter distinguir com clareza de todas as mediações presentes em todas as etapas da luta dos trabalhadores, pois, só assim, esta construção poderá ser vitoriosa.

A história da possibilidade da autonomia econômica brasileira é uma história de vários recomeços dentro da evolução da industrialização hiper-tardia da via colonial. As várias tentativas de superação da subordinação estrutural aos pólos hegemônicos do capital conheceram a sua negação antes de sua afirmação, dialética perversa dos países dominados pelo capitalismo internacional. Desde a era colonial quando as medidas pombalinas determinaram a proibição da edificação de uma manufatura têxtil, denunciada na pena furtadiana¹⁹, passando pelas tentativas da construção interrompida do *departamento I* – produtor de bens de capital - da Era Vargas²⁰, Era JK e II PND²¹ até os dias atuais, não logramos o desmantelamento do neo-colonialismo. O “crescimento” do país é a realização da acumulação capitalista nos países centrais e conseqüentemente o desenvolvimento destes acompanhado do nosso eterno subdesenvolvimento. Realiza-se uma contínua exportação líquida de capital que impede a formação de uma poupança interna²².

Como tirar o pé da armadilha?

Romper com a via prussiano-colonial²³ é trazer a centralidade do trabalho para o eixo condutor da política econômica, com a construção de um programa econômico alternativo, única via para o crescimento com desenvolvimento. Portanto, acirramento das contradições do modo de produção capitalista e possibilidade de um arco de alianças com outros países que sofrem das mesmas agruras. A entrada no cenário da economia internacional dos países emergentes provocará fissuras na hegemonia dos sete grandes e ampliará a discussão da agenda das formas de transição da sociedade capitalista para sociedades mais abrangentes que comportam de forma mais ampla a incorporação de todos nas conquistas econômicas, políticas e culturais do ser social. Foi para essa tarefa histórica que milhões votaram no Governo Lula e viram os seus interesses traídos. É, mais uma vez, a história dos vários recomeçar.

Literatura citada

BATISTA, P. N. (et al.). (1994). *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BRENNER, R. (2002). *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BEINSTEIN, J. (2001). *Capitalismo senil: a grande crise da economia global*. Rio de Janeiro: Record.

BRESSER-PEREIRA, L. C. & NAKANO, Y. (2003). Desenvolvimento com poupança externa? *Revista de Economia Política*, São Paulo, Vol 23, n. 2 (90), p. 3-27, abril-junh. Editora 34.

BOCCHI, J. I. (1999) "Reprodução do Capital, Crises Capitalistas e a Escola Francesa da Regulação". Tese de doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

_____. (2000) Crises capitalistas e a escola francesa da regulação" in *Pesquisa e Debate*, São Paulo, V.11, n.1 (17), p. 26-48

BORGES, M. A. (1996). *Eugênio Gudin: capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: E/ Bienal/F.

_____. (1998). Teoria econômica & conflitos sociais. *Anais - IV Encontro Nacional de Economia Clássica e Política*, organizado pela SEP - Sociedade Brasileira de Economia Política, UFRGS.

_____. (1999) As vias do desenvolvimento capitalista: clássica, prussiana e colonial. *História econômica & de empresas II*. I p. 113-130. São Paulo: Editora Hucitec/ABPHE.

¹⁹ Ver: FURTADO: 1980

²⁰ Ver: FONSECA: 1999

²¹ Ver: BORGES: 1996.

²² Ver: BRESSER&NAKANO: 2003.

²³ Sobre as possibilidades efetivas do rompimento da subordinação do capitalismo tardio com os pólos hegemônicos do capital e construção de sua autonomia ver FIORI, 1995: 57-82.

- _____. (2000) Economia & dialética: momento real e momento ideal. In: Pedroza, (org.). Metodologia da análise econômica. *Cadernos PUC*. p.35-55. São Paulo: Educ V.10.
- CAMPOS, R. (1994) *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- CARVALHO, C. E. (2004) Governo Lula, o triunfo espetacular do neoliberalismo. *Margem Esquerda: ensaios marxistas*. N. 3: abril. São Paulo: Boitempo Editorial.
- COUTINHO,MC. (1993). *Lições de Economia Política Clássica*. São Paulo: Editora Hucitec e Campinas: Editora da UNICAMP.
- DELFIN NETTO, A. (1998) *Stiglitz e a inflação*. In: *Carta Capital*. São Paulo, 19/08/1998.
- ETTINGER, E. (1989). *Rosa Luxemburgo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FIORI, L. (1995). Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight
- FONSECA,P. D. (1989) *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo, Brasiliense, 1999.
- FURTADO, C. (1959) *Formação Econômica do Brasil*.17ª ed., São Paulo, Nacional
- 1980.GOLDAMN, L.(1979). *Dialética da cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBSBAWN, E. (s/d) *A Era das Revoluções*. 4ª, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- LUXEMBURGO, R. (s/d). Reforma ou Revolução? In: Clássicos de Bolso. Lisboa, Editorial Estampa, 1974.
- MADDISON, A. (1989). Desempenho da economia mundial desde 1870. In: Gall (org.), N. *Nova era da economia mundial*. São Paulo: Pioneira: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.
- MARX&ENGELS. (1875) *Obras escogidas*. Tomo II, p. 5-42. Madrid: Editorial Fundamentos, 1975.
- MARX&ENGELS. (1848). *Manifesto do partido comunista e outros escritos*. São Paulo:Grijalbo, 1977.
- OLIVEIRA, F. (1998) *Os desafios do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Rio de Janeiro: Vozes.
- PERRY, A. (1985) Balanço do Neoliberalismo in SADER, E. GENTILI, P. (org.), *Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TAVARES,M.C. (1994). dissenso de Washington. In: BATISTA, P. N. (et al.). *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. P. 67-80. Rio de janeiro: Paz e Terra.